



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal, e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno – CP, com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Celso Niskier, Cleunice Matos Rehem, Givânia Maria da Silva, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Henrique Sartori de Almeida Prado, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Maria Paula Dallari Bucci, Mauro Luiz Rabelo, Mônica Sapucaia Machado, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti, e virtualmente, dos Conselheiros Gastão Dias Vieira, Luciane Bisognin Ceretta, Márcia Teixeira Sebastiani e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, registradas as ausências dos Conselheiros, André Guilherme Lemos Jorge, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Ludhmila Abrahão Hajjar e Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva. O Presidente do CNE iniciou a Sessão dando as boas-vindas a todos os presentes, indicando a pauta da Reunião que, em sua primeira parte, realizará a recepção e a apresentação dos integrantes das entidades estudantis nacionais, sendo elas a Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes e a União Nacional dos Estudantes – UNE, a aprovação de Atas das Reuniões e das Atas das Comissões do CP, alguns informes da Presidência e da Secretaria Executiva – SE, a proposição da criação de uma Comissão, e o relato de pareceres. O Presidente do CNE apresentou os senhores Rogean Vinicius Santos Soares, Presidente da ANPG, o senhor Hugo Silva, Presidente da Ubes, e a senhora Manuella Mirella Nunes da Silva, Presidente da UNE, destacando a importância da colaboração e da manutenção do diálogo destas entidades estudantis para com o CNE, uma vez que o trabalho deste Conselho não é apenas de assessoramento ao Ministério da Educação – MEC, mas também de discussão e de produção de normas educacionais para todas as etapas e modalidades da Educação. Em seguida, passou a palavra ao senhor Vinicius Santos Soares que, saudando a todos, agradeceu o convite e indicou que a nova configuração do CNE possui alguns desafios para preparar a futura educação do país, e iniciou a apresentação que trata da pós-graduação no Brasil, a partir do olhar do pós-graduando. Disponibilizou gráficos acerca da quantidade de pessoas com Mestrado e Doutorado para cada cem mil habitantes, indicando que o Brasil está em déficit quando comparado com a média de outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, e que estamos enfrentando uma grave crise sistêmica de formação de quadros técnicos de alto nível no país, em virtude de todo o desmonte, ocorrido no último período, do Parque Nacional de Ciência, Tecnologia de Educação, afirmando que essa crise sistêmica tem condições adversas e estruturais para a realização da pós-graduação, mas também de perspectiva, uma vez que o aluno da graduação não consegue visualizar-se na pós-graduação, por não ser valorizado pelo esforço e tempo dedicados. Além disso, há também a perspectiva de ausência de direitos dos estudantes que são trabalhadores, por já terem formação, o que faz com que exista uma categoria híbrida dentro da universidade, e desencadeia o chamado “eclipse de direitos”, como a licença-maternidade e a política nacional de assistência estudantil, que apenas recentemente foram incluídos como direito para os estudantes de pós-graduações. Comentou que outro aspecto dessa desvalorização



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

é a própria condição da bolsa de estudos, que tem dois objetivos centrais, que é o de atrair novos talentos para a produção científica e a própria bolsa de estudos, que está desvalorizada em cerca de noventa e cinco por cento, considerando o último reajuste das bolsas ocorrido no ano de dois mil e treze, e afirmou que busca normatizar para que a atualização dos valores das bolsas seja feita anualmente. Informou que há um movimento denominado de Mutirão da Pós, que tem como objetivo fortalecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ com mais recursos, com vistas ao reajuste de dez por cento nas bolsas de estudo para a pós-graduação, e o aumento de cinco mil novas bolsas para contemplar mais alunos. Teceu comentários acerca do debate hoje existente sobre a saúde mental, pois afirma existir várias pesquisas que apontam que o aluno de pós-graduação tem uma propensão maior em adoecer mentalmente do que a média da população em geral, e apresentou um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, publicado no ano de dois mil e vinte e três, o qual aponta que quase quarenta por cento dos pós-graduandos no Brasil tiveram que mudar significativamente as suas pesquisas para poder concluí-las, devido ao impacto da pandemia da Covid-19, e pelo menos quase sessenta por cento deles já possuem algum diagnóstico de adoecimento mental, sendo isso considerado como um alerta para esta etapa da educação. Alertou também que o adoecimento mental está sendo considerado uma epidemia pois, de acordo com o Sistema Único de Saúde – SUS, o suicídio é a segunda maior causa de morte da juventude universitária e acredita que, por meio do debate, possa-se construir condições melhores para a produção científica. Apontou que outra falta de perspectiva é a própria empregabilidade desses futuros doutores no mercado de trabalho e que as academias não abrem vagas suficientes para formar a quantidade prevista no Plano Nacional de Educação – PNE de vinte e cinco mil doutores por ano e que, para isso, o país precisa formar mestres e doutores para além da própria academia, e também suprir o mercado de trabalho com trabalhadores especializados, fazendo cumprir os objetivos listados no Parecer Sucupira, do ano de mil novecentos e sessenta e cinco. Ainda com a palavra, o Presidente da ANPG apresentou dados acerca do desemprego de jovens cientistas, mestres e doutores, indicando que alterações na estrutura da pós-graduação são necessários. Alega que cerca de setenta por cento dos doutores empregados hoje no país atua no setor da educação, seja em universidades ou faculdades e que, em comparação com outros países que obtiveram êxito em seu desenvolvimento, esses produzem doutores que atuam, majoritariamente, no setor produtivo e econômico, não no acadêmico, fazendo com que contribuam com o desenvolvimento da sociedade como um todo. Destacou que esses pontos são itens importantes para a construção do novo PNE e Plano Nacional de Pós-Graduação. Informou que estas características produzem alguns fenômenos que são identificados na pós-graduação, como: a) o aumento da evasão na pós-graduação que, mesmo em quantidade inferior à da graduação, este indicador tem aumentado; b) a não procura pela pós, como quando não há candidatos suficientes para completar as vagas oferecidas; c) o aumento da evasão da graduação; d) falta de perspectiva; e e) fechamento da janela demográfica, que é o processo em que o Brasil possui o maior contingente populacional economicamente ativo, constituído em sua maioria pela juventude. Afirmou que, neste sentido, todos os países que lograram algum nível de desenvolvimento aproveitaram esse momento histórico para investir em educação, ciência e



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

tecnologia, para fazer uso da formação dos seus estudantes para o desenvolvimento nacional. Demonstrou, ao fazer uso de gráficos, a evasão da pós-graduação ocasionada por diversos motivos; os processos sociais que causam a perda de talentos, seja pela busca de estudos fora do país ou a mudança de região pelo estudante ao buscar novas oportunidades, e a “trituração” de diplomas, onde os mestres e doutores optam pelo mercado informal de trabalho, que são profissões que requerem menor adensamento científico tecnológico. Neste contexto, a ANPG criou propostas para iniciar o movimento de mudança desse cenário, como garantir a universalização das bolsas de estudo para a pós-graduação, para que todos os que estejam no Mestrado ou Doutorado possam receber bolsas para a dedicação exclusiva aos estudos, inclusive para os estudantes no exterior, uma vez que estão em caráter de vulnerabilidade social; a implementação de um mecanismo anual de reajuste das bolsas; a valorização dos jovens pesquisadores por meio da Cesta de Direitos Básicos, como direitos estudantis, trabalhistas e previdenciários, com a protocolização de um projeto de lei na Câmara de Deputados, com vistas a assegurar que os pós-graduandos tenham garantidos seus direitos previdenciários, ampliando esses direitos aos residentes em saúde; a inclusão dos pós-graduandos na política de assistência estudantil; expansão dos programas de pós-graduação e sua aproximação do setor produtivo econômico, visando facilitar a implementação do programa Nova Indústria Brasil, com mão de obra qualificada. Ao findar sua fala, agradeceu a oportunidade e o convite. O Presidente do CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, com a palavra, considerou importantes os dados apresentados pelo Presidente da ANPG, informando que o CNE possui uma comissão constituída para acompanhar o PNE que está em debate no Congresso Nacional e que os elementos trazidos na apresentação são importantes e valiosos para subsidiar os trabalhos futuros do CNE. Após esse breve comentário, passou a palavra ao Presidente da Ubes, Hugo Silva, dando-lhe as boas-vindas e este, com a palavra, agradeceu a oportunidade de poder apresentar as pautas da Ubes para o CNE, contextualizando a realidade dos estudantes secundaristas brasileiros. Após breve introdução, comentou sobre a bienal da UNE, tendo sido o último evento do movimento estudantil que uniu estudantes brasileiros de todas as etapas da educação, lançando o manifesto “Ninguém vai nos Parar”, em defesa do passe livre estudantil, por ainda haver diversas cidades e municípios que ainda não têm esse benefício. Para tanto, informa que está em produção um estudo técnico com os custos e benefícios para os municípios e o impacto desse direito na vida e futuro dos estudantes. Compartilhou que, neste evento, foi lançado o Protocolo Dandara, que visa garantir, entre outros, o direito do uso do nome social na lista de presença da escola, respeitando a identidade de gênero e a cidadania dos estudantes. Compartilhou que existe o debate na direção da Ubes acerca das fontes do orçamento dedicado à educação, uma vez que ainda não é a ideal, mas que está em processo de melhorias, e que esse diálogo está difundido com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e a Federação Única dos Petroleiros – FUP, com o objetivo da regulamentação do fundo social do pré-sal e de outras fontes, para programas de governo dedicados à educação, como o Programa Pé-de-Meia, a fim de dar segurança para os estudantes. Informou que, juntamente com entidades estaduais, mantém e desenvolve a posição contra as escolas cívico-militares, e consideram a militarização e a privatização das escolas um ataque à educação e que realiza campanhas e mobilizações em vários estados nesse sentido. Anotou que se preocupam com o



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

bem-estar dos alunos nas escolas, destacando a busca em realizar uma adaptação climática nas escolas, visando combater o calor que ocorre em todo o país, com a instalação de aparelhos de ar-condicionado e a manutenção e criação de mais áreas verdes nos ambientes escolares. Destacou que existe um debate sobre a regulamentação do projeto de lei que proíbe o uso de celulares em sala de aula, uma vez que a tecnologia pode ser utilizada para fins educacionais e defende seu uso com qualidade, e reforça que a proibição por si só não é eficaz. Por fim, agradeceu o convite e a oportunidade. O Presidente do CNE agradeceu a apresentação e a fala do Presidente da Ubes, ratificando que os pontos levantados em sua apresentação já são pontos de debates neste CNE, como o uso de dispositivos móveis conectados em sala de aula. Salientou que o CNE está adiantado na discussão acerca da parte complementar das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, que estabelece os parâmetros dos itinerários formativos, e passou a palavra para a Presidente da UNE, Manuella Mirella Nunes da Silva, saudando-a pela décima quarta Bienal da UNE, evento realizado no município do Recife, no estado de Pernambuco, que teve como convidados a Ubes e a ANPG, entre outros. Com a palavra, a Presidente da UNE agradeceu a oportunidade, cumprimentou a todos, e atualizou os desafios da educação brasileira. Defendeu que a educação deve ser entendida como um projeto coletivo e conectado com as necessidades do país. Considerou um período de transição da educação do país, onde a educação foi atacada, o que gerou resultados negativos, como a evasão escolar, desmonte de escolas e universidades, colocando a educação em um lugar de alerta e alegou que, embora tenhamos avançado em alguns pontos, ainda sofremos com esta postura anterior. Defendeu que os espaços de diálogo são de suma importância para que se consiga pensar em soluções para estes e outros problemas. Reforçou que realizou a décima quarta bienal da UNE, que organiza de forma geral as pautas relacionadas à cultura e educação na UNE, e o décimo sexto Conselho Nacional de Dados de base da UNE, que reuniu centros e diretórios acadêmicos de todo o Brasil para diagnosticar a realidade da Educação Superior e apontar os possíveis rumos para esta etapa de ensino, refletidos no Projeto de Reforma Universitária. Pontuou que, neste evento, houve a aprovação de pontos importantes, como a distribuição da responsabilidade de arcar com os custos da Educação Superior pelos mais ricos e o fim da escala de trabalho seis por um, apontando também que a busca por um orçamento robusto para a Educação Superior é pauta fundamental para garantir, com isso, a melhoria da qualidade do ensino. Informou que, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, mais de oitenta por cento dos estudantes da Educação Superior são de instituições privadas e que se faz necessário desenvolver uma regulamentação acerca da prática da Educação a Distância – EaD na Educação Superior e que não há, por parte do CNE, resolução que defina o ensino híbrido, indicando que falta reforma, intenção, supervisão, avaliação e acompanhamento desta realidade e que, por vezes, a EaD supera os quarenta por cento da totalidade de disciplinas ofertadas nessa modalidade, considerando fundamental sua regulamentação e a instauração de um Instituto Nacional de Avaliação e Supervisão do Ensino Superior, e indica que a qualidade da educação é o ponto central dessa realidade, não se podendo ter a Educação Superior como uma fábrica de diplomas ou uma máquina de estudantes endividados e que, por outro lado, a Educação Superior pública enfrenta desafios como a evasão escolar, e programas como o Mais Professores amenizam esse



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

problema. Compartilhou que acompanha e participa de eventos nacionais que tratam desses temas, mas entende que existe uma dificuldade de diálogo com o Congresso Nacional e na aprovação de um novo PNE, mas sobretudo em garantir que o PNE seja cumprido em sua base, a formalização da destinação de dez por cento do Produto Interno Bruto – PIB e de fundos do pré-sal para a educação como um todo, entre outras sugestões de melhorias que construam a educação brasileira conectada com os desafios do país, como a superação da fome e da miséria e demais desigualdades sociais. Afirma que estas ações, a partir da educação, poderão transformar vidas, e o papel do Ensino Superior é fundamental nesse sentido. Ao finalizar sua fala, a Presidente da UNE informou estar à disposição do CNE no sentido de cobrar, mas também apresentar rumos de saídas para a construção de um Brasil melhor, e entende que o CNE é um importante instrumento nesse processo. O Presidente do CNE, com a palavra, agradeceu e corroborou a fala da Presidente da UNE, argumentando que não se previa a realização de debates na Sessão, mas que os temas aqui apresentados serão desenvolvidos na produção de trabalhos do CNE, e destacou que existe uma comissão para tratar de assuntos da EaD, e que as demais diretrizes do CNE, quando oportuno, serão revistas e atualizadas, e agradeceu novamente a presença e as apresentações dos convidados, reafirmando o compromisso de articulação permanente do CNE para com as entidades e órgãos educacionais. Em seguida, passou-se à aprovação da Ata nº 39, de quatro de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, Ata nº 42, de dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, Ata nº 2 e nº 3, de vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco. Por conseguinte, o Presidente do CNE iniciou os informes da Presidência e da SE. Em primeiro lugar, trouxe à baila a aprovação da realização das Reuniões Itinerantes, que acontecerão uma em cada semestre, sendo proposta que a primeira ocorra no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, na sede da Academia Brasileira de Letras – ABL, ocasião em que o CNE poderá se conectar com o campo cultural do país, sobretudo considerando a realidade da cidade-sede que sofre de interrupções dramáticas do direito à educação e ao funcionamento das escolas por ocasião de situações de violência e da presença de forças policiais, realidade enfrentada por outras várias regiões do país. Para o segundo semestre, sugere-se que a Reunião aconteça no município do Recife, no estado de Pernambuco, onde poderá ser sediada na Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, instituição ligada ao MEC. Com a palavra, a Conselheira Givânia Maria da Silva registrou que a Fundaj é presidida pela ex-Conselheira Márcia Angela da Silva Aguiar, e que considera importante realizar essa conexão, prevalecendo a trajetória do CNE e da própria Conselheira. O Presidente do CNE informou que, a princípio, são planejadas duas Reuniões Itinerantes, mas que outras poderão acontecer. A Conselheira Cleunice Matos Rehem considerou a possibilidade de o CNE participar da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 – COP30, tendo em vista o teor, procedimentos e questões relacionadas com as mudanças climáticas com as quais o Brasil vai deliberar, sobretudo quanto à atividade da Comissão de Educação Ambiental que atua fortemente para entregar material na COP30. Com a palavra, o Presidente do CNE arguiu que esta Presidência, juntamente com o Secretário-Executivo do CNE, em reunião com a Assessoria de Relações Internacionais do MEC, ao apresentar o anseio de uma participação mais orgânica, foi informado que o MEC ainda não tem definido qual o papel, campo e tema educacional na COP30 e que, a partir dessa definição, o CNE poderá





CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

participar de forma ativa neste evento, e aprovou a realização das Reuniões Itinerantes, sendo a primeira a ser realizada no mês de junho e, a segunda, no mês de outubro. Ainda com a palavra, o Presidente do CNE informou que participou de reuniões na Capes, onde a Presidente Denise Pires de Carvalho manifestou interesse em apresentar para o CNE, quando oportuno, os programas e projetos que a Capes desenvolve, uma vez que são temas que interessam a educação como um todo. Noticiou também que, em reunião com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio de sua equipe diretora, externou-se o interesse dessa autarquia em estreitar relações com o CNE, abrangendo questões fundamentais para a educação nacional com o intuito de gerar, a partir deste relacionamento, normas nacionais com vistas à melhoria da educação. Por conseguinte, o Presidente do CNE indicou que há demanda de uma anuência para participação do CNE no comitê nacional de governança do Programa Mais Professores, uma vez que o CNE possui a Comissão Bicameral de Formação de Professores e que gostaria de obter, por parte do Colegiado e em comunhão com a Presidência da Câmara de Educação Básica – CEB e da Câmara de Educação Superior – CES, a aprovação para participação neste comitê, que foi ratificada pelos Conselheiros presentes. Comunicou ainda que, em contato com os Conselheiros no período que antecedeu a eleição para a Presidência do CNE, levantou-se a necessidade de se ter um planejamento estratégico para esta Casa, considerando a alta demanda de atividades, e que, frequentemente, é instado por questões externas, argumentando que o CNE é um órgão de Estado e não apenas de Governo, e que este planejamento visa dar prioridade às questões internas, tendo em conta a necessária institucionalização de toda a estrutura do CNE. Além disso, existe uma cobrança no sentido de que o CNE integre o planejamento estratégico do próprio MEC, tendo o Ministro de Estado da Educação compartilhado as pautas prioritárias das várias áreas do MEC em relação aos trabalhos do CNE e, neste sentido, propôs a criação de comissão para a elaboração do plano estratégico do CNE. Neste contexto, demonstrou ser necessário que este trabalho seja desenvolvido até o fim do primeiro semestre do corrente ano, dispondo-se a presidir esta Comissão, com a participação dos dirigentes da CEB e da CES. Assim, a formação da Comissão foi aprovada, sendo composta pelos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Relatora), Otavio Luiz Rodrigues Jr. (Relator), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Luciane Bisognin Ceretta, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Cleunice Matos Rehem, Celso Niskier, Paulo Fossatti, Mônica Sapucaia Machado (membros), que contarão com o apoio do Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato que possui vasta experiência no planejamento estratégico. Em continuidade, o Presidente do CNE solicitou que as Comissões de trabalho abertas, sendo sete comissões da CEB, quatorze Comissões do CP e onze da CES, quantidade esta que evidencia o alto volume de trabalhos do CNE e demonstra a disposição e compromisso dos Conselheiros em fazer acontecer, tenham celeridade na conclusão dos seus trabalhos e que desenvolvam resultados, seja em forma de relatórios, pareceres ou diretrizes, com o objetivo de organizar os afazeres destas Comissões. Por fim, passou a palavra ao Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato que, por sua vez, saudou a todos os presentes e passou aos informes da SE acerca das ações realizadas para dar continuidade ao processo de fortalecimento institucional que a gestão anterior havia empreendido. Primeiro, atualizou a todos sobre a reforma do prédio do CNE,



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

agradecendo ao Conselheiro André Guilherme Lemos Jorge e ao ex-Secretário-Executivo Jackson Raymundo por terem iniciado este processo e que, juntamente com todas as áreas envolvidas, construiu-se uma agenda de intervenções aos finais de semana para que o cronograma seja cumprido. Sobre as demandas dos Conselheiros acerca da atuação nas Comissões, informou ter iniciado um levantamento de todos os processos sob responsabilidade do CNE com o intuito de criar um cenário que permita visualizar os temas e tipos de demandas existentes, para melhor definir o perfil da equipe que será contratada para apoiar as demandas do Colegiado, e o fará também por meio do diálogo com os Conselheiros. Ao finalizar sua fala, o Secretário-Executivo agradeceu a oportunidade e se mostrou disponível a todos os que dele precisarem. O Presidente do CNE, com a palavra, agradeceu a participação do Secretário-Executivo, solicitando-lhe que colha, junto às Câmaras, recomendações e propostas relacionadas a área de cooperação internacional. O Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., com a palavra, saudou todos os presentes e informou que a CES enviou o conteúdo dessa pauta à Presidência do CNE, agradeceu ao Secretário-Executivo pelo trabalho desenvolvido para viabilizar o bom andamento da reforma do prédio do CNE, bem como o andamento das demais atividades do CNE. Com a palavra, o Presidente do CNE agradeceu a fala do Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. e passou ao relato de pareceres, quais sejam: 1) e-MEC nº 202121576. Interessado: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Humano Eireli. Assunto: Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 55/2024, que tratou do credenciamento da Faculdade de Tecnologia e Desenvolvimento Humano – IPDH, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relatora: Elizabeth Regina Nunes Guedes. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de pauta; 2) e-MEC nº 201208452. Interessado: Centro Educacional de Realengo. Assunto: Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 233/2024, que tratou do credenciamento da Universidade Castelo Branco – UCB. Relator: Celso Niskier. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de pauta; 3) e-MEC nº 202122709. Interessada: Associação Aparecidense de Educação. Assunto: Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 771/2023, que tratou do credenciamento do Centro Universitário Alfredo Nasser – Unifan, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relator: Henrique Sartori de Almeida Prado. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de pauta; 4) e-MEC nº 202111501. Interessada: Associação de São Basílio Magno. Assunto: Reexame do Parecer CNE/CP nº 52/2023, que tratou do recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 354/2023, que tratou do credenciamento da Faculdade de São Basílio Magno – Fasbam, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relator: Israel Matos Batista. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de pauta; 5) e-MEC nº 202113109. Interessado: Instituto Serra Geral Ltda. Assunto: Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 697/2024, que tratou do credenciamento da Faculdade Serra Geral, com sede no município de Janaúba, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relator: André Guilherme Lemos Jorge. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de pauta. Encerrada a relatoria dos processos, com a palavra, o Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho convidou os presentes a participarem da sua cerimônia de titulação de Doutor *Honoris Causa*, a ser realizada no dia dezessete de março, às dezenove horas, na Concha Acústica da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. parabenizou o Conselheiro



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025  
Sessão Extraordinária Pública do Conselho Pleno

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho e sugeriu que o CP ofereça um voto de louvor pela relevância e reconhecimento da sua nobre trajetória como lutador pela causa da educação brasileira, sendo acatada por todo o Colegiado. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às onze horas e quarenta minutos, e para constar, eu, Luciana Pereira Gomes Borges de Oliveira, lavrei esta ata, que uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, dezoito de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.